

Petrobras: a Destruição do Campo do Possível

Marcelo Zero

“Poucas vezes um desafio tão sem ambiguidades se apresentou a um grupo de dirigentes, ampliando abruptamente o campo do possível..... Nos próximos dois decênios, a Venezuela poderá ter saltado a barreira que separa subdesenvolvimento de desenvolvimento, sendo quiçá o primeiro país da América Latina a realizar essa façanha, ou terá perdido a sua chance histórica. Pelo menos sobre um ponto básico existe consenso: a inação ou a omissão do Estado não constitui uma opção. (grifo nosso)”

Celso Furtado

Celso Furtado escreveu essa passagem em 1974, quando o grande aumento do preço internacional do petróleo criou condições objetivas para que a Venezuela e outras economias exportadoras do petróleo pudessem dar um salto qualidade em seu desenvolvimento. Na época, muitos economistas, como Furtado, consideravam que tais nações poderiam ascender, em pouco tempo, à condição de países plenamente desenvolvidos.

Ora, o mesmo “desafio sem ambiguidades” que Furtado anteviu para a Venezuela, em 1974, apresentou-se, no início deste século, para o Brasil. Com efeito, as fantásticas descobertas do pré-sal, as maiores das últimas cinco décadas, mudaram as perspectivas do desenvolvimento do país. Afinal, trata-se, conforme estudo da UERJ, de reservas que podem chegar a até 176 bilhões de barris. Estamos falando, portanto, de recursos que podem ascender a mais de US\$ 14 trilhões (a preços do barril de hoje), os quais poderiam ser investidos para estimular a economia nacional e melhorar a qualidade da nossa Educação.

Essa era a ideia. Os governos responsáveis pela descoberta dessas extraordinárias reservas tomaram a decisão estratégica de utilizar os recursos volumosos, porém finitos, do pré-sal para alavancar o

desenvolvimento econômico do país e promover a melhoria da Educação brasileira.

Para tanto, foram tomadas algumas medidas importantes. A **primeira** grande medida foi a de implantar o modelo de partilha, em substituição ao modelo de concessões, o qual permite maior controle da produção e comercialização por parte da União. De fato, a diferença não é banal. Ela implica escolha estratégica de profundas consequências. No regime de concessões, o óleo, uma vez começado o processo de retirada do subsolo, passa a pertencer à empresa concessionária. No regime de partilha, a União mantém a propriedade do petróleo retirado. Nesse último caso, o Estado tem flexibilidade muito maior para planejar e efetuar os investimentos que considere prioritários ao desenvolvimento sustentado, assim como para estabelecer o ritmo da exploração e da comercialização dos hidrocarbonetos.

A **segunda** medida estratégica foi estabelecer a Petrobras como operadora única da área, com o patamar mínimo de 30%, nas suas parcerias no polígono do pré-sal. Tal decisão foi muito importante, porque ela assegurava o domínio do país sobre esses recursos estratégicos e sobre as informações a eles referentes.

Quando os países produtores de petróleo decidiram nacionalizar as suas jazidas, ao final da década de 1960, revolucionando o mercado mundial de petróleo, que antes era inteiramente dominado pelas multinacionais dos países desenvolvidos, eles se preocuparam também em constituir grandes operadoras nacionais. Por quê?

Porque eles sabiam que, sem uma grande operadora, eles não teriam efetivo acesso às informações cruciais sobre as suas jazidas, como as relacionadas aos custos efetivos de produção, às remunerações devidas, ao verdadeiro potencial das áreas prospectadas. Ora, não se tem domínio estratégico do petróleo sem o domínio dessa informação. Ademais, sem operar é impossível desenvolver tecnologia própria. Também não se tem domínio estratégico do petróleo sem domínio mínimo de tecnologia. Não bastasse, sem operadora local é impossível se estimular cadeias nacionais de produção, gerando renda e emprego para população.

O resultado é que, hoje, ao contrário do que acontecia até a década de 60, as maiores empresas de petróleo e gás do mundo são estatais. São as chamadas *national oil companies* (NOCs- (companhias nacionais de petróleo). Entre elas, estão a Saudi Aramco (Arábia Saudita), a NIOC (Irã), a KPC (Kuwait), a ADNOC (Abu Dhabi), a Gazprom (Rússia), a CNPC

(China), a PDVSA (Venezuela), a Statoil (Noruega), a Petronas (Malásia), a NNPC (Nigéria), a Sonangol (Angola), a Pemex (México) e a Petrobras.

Numa estimativa bem conservadora, feita em 2008, antes do pré-sal ser bem conhecido, as NOCs já dominavam 73% das reservas provadas de petróleo do mundo e respondiam por 61% da produção de óleo. **Segundo a Agência Internacional de Energia, a tendência é a de que as NOCs sejam responsáveis por 80% da produção adicional de petróleo e gás até 2030, pois elas dominam as reservas.**

Essa é a realidade do mercado mundial do petróleo. Uma realidade dominada por grandes companhias nacionais e por Estados soberanos. **Porém, o governo brasileiro atual colocou o país na contramão dessa realidade.**

Uma **terceira** medida de relevo foi a de canalizar os royalties e as participações especiais do pré-sal para a Educação, e, em menor medida, para a Saúde. Com isso, criou-se a possibilidade de investir, com perspectiva intergeracional, os recursos das reservas não-renováveis no recurso renovável e multiplicador do conhecimento e da informação.

Outra escolha fundamental foi a de usar o pré-sal para alavancar o desenvolvimento econômico e social do Brasil com a implantação de uma **política de conteúdo local**. Tal política tinha como eixo a promoção da industrialização em todo o setor de gás e petróleo. Dessa forma, além de atingir a autossuficiência em óleo, o país se transformaria também num exportador de derivados de petróleo e num produtor de insumos sofisticados para a toda a cadeia produtiva de hidrocarbonetos, gerando muito mais valor agregado e internalizando os investimentos associados à descoberta das grandes reservas.

De forma compatível com essa escolha estratégica, a Petrobras, ao longo daquele período, **praticou uma política de preços internos que equilibrava o interesse da empresa com o interesse público**. Vale lembrar que petróleo e derivados são insumos estratégicos para a economia nacional e para o bem-estar da população. Portanto, tais preços têm de ser módicos, para não prejudicar o desenvolvimento do país e o interesse público, e também não podem oscilar demasiadamente, de modo a não provocar volatilidade que impeça o planejamento de empresas e a execução das políticas governamentais de longo prazo. Lembre-se que a União é a principal acionista da Petrobras.

Assim, no período Lula, o preço do diesel foi reajustado somente 8 vezes e,

no governo Dilma, outras oito vezes. Ao contrário do que a mentira golpista apregoa, tal política de preços não “quebrou a Petrobras”.

Na realidade, os preços praticados sempre foram acima dos custos de produção e, na média, alinhados com os preços do mercado internacional.



Fonte: ANP

Como se vê nos governos do PT, há períodos de defasagem dos preços internos do diesel, compensados por outros períodos de preços internos mais elevados do que os internacionais. Segundo a AEPET, entre 2011 e 2014, o preço do diesel aos produtores e importadores no Brasil oscilou entre 0,88 e 1,02 vezes o preço do diesel no mercado internacional.

Nesse período, a geração operacional de caixa da Petrobras sempre foi positiva, como se demonstra na tabela abaixo.

Geração Operacional de Caixa (em R\$ bilhões)

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
33,03	27,04	26,03	26,60	25,90	26,10	27,11

Fonte: Petrobras

Há de se considerar também, que o Ebitda da Petrobras sempre foi positivo. Ebitda é a sigla em inglês para *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*, que traduzido literalmente para o português significa: "lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização" (Lajida). Ou seja, é fluxo de caixa "limpo", que não leva em consideração a depreciação de ativos.

ANO	EBITDA
2004	R\$ 36 bi
2005	R\$ 47,8 bi
2006	R\$ 50,86 bi
2007	R\$ 50,27 bi
2008	R\$ 57,21 bi
2009	R\$ 59,94 bi
2010	R\$ 60,32 bi
2011	R\$ 62,25 bi
2012	R\$ 53,43 bi
2013	R\$ 62,9 bi
2014	R\$ 59,1 bi
2015	R\$ 76,7 bi
2016	R\$ 88,8 bi

Fonte: Petrobras

Como se vê, em 2015, o Ebitda da Petrobras aumentou 25%. Ademais, houve fluxo de caixa livre positivo em R\$ 15,6 bilhões. Porém, com a queda dos preços do barril e a depreciação patrimonial, perdas cambiais, etc. houve prejuízo, no total. Tal prejuízo líquido, de R\$ 34,8 bilhões, foi ocasionado, de acordo com o próprio relatório oficial da Petrobras, por:

- a) Impairment (redução de valor) de ativos e investimentos, principalmente em função do declínio dos preços do petróleo e incremento nas taxas de desconto (R\$ 49,7 bilhões);*
- b) Perda cambial e despesas de juros (R\$ 32,9 bilhões).*

Ou seja, os prejuízos não tiveram nenhuma relação com uma suposta política de “segurar preços” muito baixos do PT.

Na realidade, os governos do PT fortaleceram muito a Petrobras. Ao final de 2002, a Petrobras tinha patrimônio líquido de apenas US\$ 15,5 bilhões, ao passo que 31 de dezembro de 2014, a empresa tinha patrimônio líquido US\$ 116, 97 bilhões, ou seja, **sete vezes e meia mais**. Mesmo com a grande queda no patrimônio líquido em 2015, em função da diminuição brusca dos preços do petróleo (que despencaram de US\$ 120 o barril para cerca de US\$ 35) e com a crise provocada pela Lava Jato, a empresa tinha patrimônio líquido, em 31/12/2015, de US\$ 66 bilhões, ou seja, quatro

vezes mais do que em 2002. Saliente-se que esse balanço patrimonial não incluía as reservas do pré-sal.

No que tange à dívida, é preciso dizer que, com a brusca oscilação cambial em 2015, quando o dólar subiu de R\$ 2,66 (Dez/2014) para R\$ 3,95 (Dez/2015), os débitos da empresa em reais subiram de R\$ 351 bilhões para R\$ 492 bilhões. Aproveitando-se desta situação, parte da mídia criou o mito de que a Petrobras teria uma dívida impagável, a maior dívida entre todas as grandes petroleiras. Era uma grande mentira, pois o incremento obedecia a um vetor conjuntural e, além disso, as reservas do pré-sal, uma das maiores do mundo, davam imenso lastro patrimonial para que a Petrobras rolasse a sua dívida sem maiores problemas. Aliás, a dívida foi gerada justamente para viabilizar a exploração do pré-sal, que agora virou uma gigantesca máquina de produzir divisas.

Ademais, a produção do petróleo no Brasil subiu de 1,27 milhão de barris, em 2000, para 2,52 milhões barris, em 2015, graças aos planos de investimentos da Petrobras que a levaram a descobrir o pré-sal.

Ou seja, o PT duplicou a produção de petróleo no Brasil e descobriu o pré-sal, a maior jazida estratégica de petróleo deste século. Ademais, até 2013, a gestão do PT quintuplicou os lucros médios da empresa, em relação ao período anterior. Tudo isso estimulando a cadeia de nacional de petróleo, gerando dezenas de milhares de empregos diretos e centenas de milhares de empregos indiretos.

O golpe, no entanto, mudou esse processo de integração da empresa ao desenvolvimento nacional. Deu um giro de 180 graus nessa política soberana e desenvolvimentista.

Em primeiro lugar, acabou com a política de conteúdo local, desestruturando toda a cadeia do petróleo, com o auxílio da Lava a Jato. Atualmente, as petroleiras estrangeiras podem importar plataformas, sondas e tudo o mais diretamente do exterior, gerando empregos na Holanda, Coreia, Cingapura etc. Mais: graças à absurda MP 745, podem fazê-lo sem pagar impostos. Estamos subsidiando a importação de grandes multinacionais de petróleo. Na realidade, toda a cadeia nacional de petróleo e gás está sendo desestruturada e desnacionalizada.

A segunda grande decisão da gestão golpista foi desestruturar e privatizar a própria Petrobras. Desse modo, retirou-se da Petrobras a condição de operadora única do pré-sal e iniciou-se um processo de “desinvestimento” (venda de ativos) na ordem de US\$ 19 bilhões, como forma de “reduzir a

dívida da empresa”. Além da venda de campos de petróleo, tanto no pré-sal quanto no pós-sal, a preços irrisórios, o plano de desinvestimentos atinge também distribuidoras e transportadoras (gasodutos), complexos petroquímicos e refinarias. A Petrobras está sendo despedaçada e desnacionalizada.

Mas, além de desestruturar a cadeia nacional de petróleo e a própria Petrobras, com o intuito de privatizá-la, a gestão golpista da empresa pratica uma política de preços irracional, atrelada automaticamente às oscilações cambiais e aos custos internacionais do barril, acrescida de custos de internação e de subjetivos “riscos políticos”. O objetivo é o de remunerar regiamente os acionistas privados da empresa, principalmente os estrangeiros, em detrimento do interesse público e do bem-estar da população. Em menos de 2 anos, o diesel foi reajustado 229 vezes e a gasolina 225 vezes.

Dessa maneira, na gestão golpista, os preços do diesel ficaram muito acima dos preços mundiais. Em 2016, chegou a 1,67 vezes acima do preço internacional. Entre janeiro a outubro de 2017, ficou 1,5 vezes mais caro, em comparação com o diesel no mercado internacional. Neste ano, (2018) ficou, em média, 50% acima do preço internacional. Ao mesmo tempo, a gestão golpista, reduziu a capacidade interna de refino em 25%. Com tal medida, as importações de óleo diesel e outros derivados foram praticamente duplicadas, desde 2015. Em particular, o diesel importado dos EUA subiu de 41% do total, em 2015, para 80%, em apenas 2 anos.

Por outro lado, as exportações de óleo cru do Brasil aumentaram drasticamente, de cerca de 140 milhões de barris, em 2013, para 360 milhões, em 2017. Desse modo, regredimos a um modelo neocolonial de exploração de petróleo. Exportamos óleo cru e importamos derivados, ao mesmo tempo em que vendemos nossas jazidas e os ativos estratégicos da Petrobras e destruimos toda a cadeia nacional dos hidrocarbonetos.

Ganham com isso as grandes petroleiras dos EUA, os importadores e os investidores interessados na compra de 4 grandes refinarias que a Petrobras pretende vender. Com os altíssimos preços internos dos derivados, a compra dessas refinarias se torna um grande negócio. Perdem, com essa insanidade, o país e a população.

Para completar o desastre, o governo golpista, fraco e ilegítimo, ante a justa greve dos caminhoneiros, resolveu subsidiar o diesel com recursos públicos, a um custo de quase R\$ 10 bilhões. Ademais, não se mexeu na política celerada de reajustes praticamente diários da gasolina e do gás de

cozinha. Cerca de 1,2 milhões de pessoas voltaram cozinhar com lenha ou álcool.

Nada disso era necessário. Os custos excessivos dos derivados não têm relação com os impostos embutidos. No caso do diesel, os impostos que nele incidem são bem inferiores ao que existem no Japão, Reino, Unido, Itália, Uruguai etc. O problema hoje está nas taxas de lucro (preços de realização) que a Petrobras privatista vem praticando. Elas chegam a 150%, de acordo com os cálculos do Consultor aposentado da Câmara Paulo César Ribeiro Lima, um absurdo total, concebido para abonar os acionistas da Bolsa de Nova Iorque. Em país civilizado, isto dá cadeia.

Bastaria, portanto, reduzir as taxas estratosféricas e supervisionar os preços, impondo um regime de reajustes de médio prazo, com bandas amortecedoras. Mas isso significaria mexer com os interesses do grande capital financeiro, dos importadores e das multinacionais petroleiras. Para um governo antipopular como esse, é mais fácil botar a mão no dinheiro da Seguridade Social, nos recursos destinados aos mais pobres.

Há também o complicador político-jurídico da abertura do capital da empresa na Bolsa de Nova Iorque, feita por FHC, em 1997. Assim, a estatal teve 36% de suas ações vendidas na Bolsa de Nova Iorque. Com isso, a União reduziu a sua participação acionária de cerca de 60% para 32,53% do capital social total. Com tal venda, a Petrobrás teve ainda de cumprir, a partir de 2002, com a lei americana “Sarbanes–Oxley” (SOX), uma norma bastante rigorosa, que obriga as empresas que têm ações em bolsas norte-americanas a submeterem as suas decisões de negócios e informações às autoridades supervisoras do mercado bursátil dos EUA. Por conseguinte, a Petrobras tornou-se refém de acionistas norte-americanos, que podem questionar políticas e ações da empresa que reduzam seus lucros. Tais questionamentos judiciais são resolvidos por juízes de primeira instância de Manhattan, onde está Wall Street.

De qualquer forma, a insana política de preços da Petrobras faz parte de um pacote antinacional e privatizante que visa beneficiar grandes empresas estrangeiras e seus sócios nacionais, em detrimento do interesse público e do bem-estar da população. Tem gente ganhando muito dinheiro com essa farra privatista. Por isso, a política tresloucada deve permanecer, com algumas nuances, apesar da saída de Parente, o exterminador de futuro.

O dano presente é muito grande, como ficou evidente na greve dos caminhoneiros Mas o dano maior, muito maior, é o prejuízo ao futuro do Brasil. **Como diria Celso Furtado, estão destruindo o “campo do**

possível”. Os campos do pré-sal, e tudo aquilo que eles poderiam gerar para o país e o seu povo, estão sendo apropriados por multinacionais e seus poucos (e ricos) sócios privados brasileiros.

E as nossas futuras gerações, que poderiam usufruir desses fantásticos recursos, estão sendo desapropriadas de oportunidades e qualidade de vida. O “campo do possível” está cada vez mais estreito.